

# Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco  
CNPJ 74.533.787/0001-93  
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2014, da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Everest Leasing), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No final do semestre, a Everest Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 719 mil, correspondente a R\$ 5,63 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 27 milhões e Ativos Totais de R\$ 28 milhões.  
Osasco, SP, 30 de julho de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2014	2013
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>27.905</b>	<b>340.424</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	35	38
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	26.847	340.217
Carteira Própria	26.333	339.748
Vinculados à Prestação de Garantias	514	469
OUTROS CRÉDITOS	1.023	169
Diversos (Nota 6)	1.023	169
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>375</b>	<b>1.200</b>
OUTROS CRÉDITOS	375	1.200
Diversos (Nota 6)	375	1.200
<b>TOTAL</b>	<b>28.280</b>	<b>341.624</b>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31.12.2012	172.000	10.679	147.527	-	330.206
Lucro Líquido	-	-	-	6.646	6.646
Destinações: - Reservas	-	331	6.252	(6.583)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(63)	(63)
<b>Saldos em 30.6.2013</b>	<b>172.000</b>	<b>11.010</b>	<b>153.779</b>	<b>-</b>	<b>336.789</b>
Saldos em 31.12.2013	7.000	11.115	8.211	-	26.326
Aumento de Capital com Reserva	6.500	(6.500)	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	719	719
Destinações: - Reservas	-	36	676	(712)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(7)	(7)
<b>Saldos em 30.6.2014</b>	<b>13.500</b>	<b>4.651</b>	<b>8.887</b>	<b>-</b>	<b>27.038</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2014	2013
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.356</b>	<b>11.944</b>
Operações de Crédito	-	2
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5b)	1.356	11.944
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.356</b>	<b>11.944</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(177)</b>	<b>(188)</b>
Outras Despesas Administrativas (Nota 10)	(170)	(187)
Despesas Tributárias (Nota 11)	(7)	(555)
Outras Receitas Operacionais (Nota 12a)	86	38
Outras Despesas Operacionais (Nota 12b)	(22)	(184)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>1.179</b>	<b>11.056</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>-</b>	<b>2</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>1.179</b>	<b>11.058</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14)</b>	<b>(460)</b>	<b>(4.412)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>719</b>	<b>6.646</b>
Número de ações (Notas 9a e b)	127.699.786	127.699.786
Lucro por lote de mil ações em R\$	5,63	52,04

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2014	2013
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.179	11.058
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	22	(10)
Provisões/(Reversões) Cíveis e Fiscais	22	(10)
<b>Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos</b>	<b>1.201</b>	<b>11.048</b>
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3.870	(2.058)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(92)	216
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	9	(17)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(4.886)	(9.204)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais</b>	<b>102</b>	<b>(15)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>		
Dividendos Pagos	(83)	-
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) de Atividades de Financiamentos</b>	<b>(83)</b>	<b>-</b>
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>19</b>	<b>(15)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	16	53
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	35	38
<b>Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>19</b>	<b>(15)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil				
Descrição	2014	%	2013	
			2013	%
<b>1 - RECEITAS</b>	<b>1.420</b>	<b>113,6</b>	<b>11.800</b>	<b>101,6</b>
<b>1.1) Intermediação Financeira</b>	<b>1.356</b>	<b>108,5</b>	<b>11.944</b>	<b>102,9</b>
<b>1.2) Outras</b>	<b>64</b>	<b>5,1</b>	<b>(144)</b>	<b>(1,3)</b>
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(170)</b>	<b>(13,6)</b>	<b>(187)</b>	<b>(1,6)</b>
Contribuição Sindical Patronal	(8)	(0,6)	(68)	(0,6)
Publicações	(93)	(7,4)	(92)	(0,8)
Serviços Técnicos Especializados	(60)	(4,8)	(19)	(0,2)
Serviços do Sistema Financeiro	(7)	(0,6)	(8)	-
Outras	(2)	(0,2)	-	-
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>1.250</b>	<b>100,0</b>	<b>11.613</b>	<b>100,0</b>
<b>4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>1.250</b>	<b>100,0</b>	<b>11.613</b>	<b>100,0</b>
<b>5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>1.250</b>	<b>100,0</b>	<b>11.613</b>	<b>100,0</b>
<b>5.1) Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>531</b>	<b>42,5</b>	<b>4.967</b>	<b>42,8</b>
Federal	531	42,5	4.967	42,8
<b>5.2) Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>719</b>	<b>57,5</b>	<b>6.646</b>	<b>57,2</b>
Dividendos	7	0,5	63	0,5
Lucros Retidos	712	57,0	6.583	56,7

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Everest Leasing ou Instituição) tem como objetivo, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto. Em 2 de agosto de 2013, o Banco Central do Brasil (BACEN) aprovou a Assembleia Geral Extraordinária de 30 de julho de 2013 do Conselho de Administração da Instituição, propondo ajustar seu capital próprio às suas necessidades mediante a redução em R\$ 165.000 mil, sem cancelamento de ações, nos termos do Artigo 173 da Lei nº 6.404/76, restituído em dinheiro ao Banco Bradesco Financiamentos S.A., seu único acionista (Nota 9).

### 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões fiscais, cíveis e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 30 de julho de 2014.

### 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

#### b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.

#### d) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa subjetiva por parte da Administração.

#### e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados estão apresentados na Nota 14.

#### f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo: Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas; Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e Obrigações legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 7.

#### g) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

#### h) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por: Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

### 4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional	35	38
<b>Total caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>35</b>	<b>38</b>

### 5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

#### a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	Em 30 de junho - R\$ mil				
	2014		2013		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)
<b>Títulos para negociação (3):</b>					
Certificados de depósito bancário	15	71	-	-	86
Debêntures	-	60	-	1.326	1.386
Letras do tesouro nacional	684	-	791	-	1.475
Notas do tesouro nacional	5.404	-	-	-	5.404
Letras financeiras do tesouro	-	4.266	4.011	10.219	18.496
<b>Total em 2014</b>	<b>6.103</b>	<b>4.397</b>	<b>4.802</b>	<b>11.545</b>	<b>26.847</b>
<b>Total em 2013</b>	<b>50.181</b>	<b>14.863</b>	<b>25.314</b>	<b>249.859</b>	<b>340.217</b>

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras e no caso de operações compromissadas pelos respectivos papéis que estão lastreadas as operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimentos, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

#### b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Títulos de renda fixa	25	17
Fundos de investimento	1.331	11.925
<b>Total</b>	<b>1.356</b>	<b>11.942</b>

c) A Everest Leasing não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2014 e de 2013.

### 6) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Devedores por depósitos em garantia	854	836
Créditos tributários (Nota 14c)	509	492
Opções por incentivos fiscais	26	26
Outros	9	15
<b>Total</b>	<b>1.398</b>	<b>1.369</b>

### 7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

#### a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

#### b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias.

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

#### I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

#### II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

#### III - Movimentação das provisões constituídas

	R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
<b>Saldo no início do 1º semestre de 2014</b>	<b>305</b>	<b>263</b>
Baixa por pagamento	(55)	-
Constituição	17	-
Atualização monetária	-	5
<b>Saldos no final do 1º semestre de 2014 (Notas 8a e b)</b>	<b>267</b>	<b>268</b>
<b>Saldos no final do 1º semestre de 2013 (Notas 8a e b)</b>	<b>172</b>	<b>296</b>

(1) Compreende, substancialmente, à obrigações legais.

#### c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetuada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco e perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 30 de junho de 2014 e de 2013, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

### 8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

# Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definida em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

### Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

### 14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	1.179	11.058
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente ....	(472)	(4.423)
<b>Efeitos no cálculo dos tributos:</b>		
Outros valores .....	12	11
<b>Imposto de renda e contribuição social do semestre.....</b>	<b>(460)</b>	<b>(4.412)</b>

#### b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
<b>Impostos correntes:</b>		
Imposto de renda e contribuição social devidos .....	(447)	(4.405)
<b>Impostos diferidos:</b>		
Constituição/realização no semestre, sobre adições temporárias .....	(13)	(7)
<b>Total dos impostos diferidos.....</b>	<b>(13)</b>	<b>(7)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social do semestre.....</b>	<b>(460)</b>	<b>(4.412)</b>

#### c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2013	Constituição	Realização	Saldo em 30.6.2014
Provisões para perda de investimentos.....	256	-	-	256
Provisões para desvalorização de bens não de uso .....	16	-	-	16
Provisões fiscais e cíveis.....	214	9	22	201
Outros valores .....	36	36	36	36
<b>Total dos créditos tributários (Nota 6).....</b>	<b>522</b>	<b>45</b>	<b>58</b>	<b>509</b>
Obrigações fiscais diferidas (Nota 8a).....	144	12	-	156
<b>Total dos créditos tributários líquido das obrigações fiscais diferidas.....</b>	<b>378</b>	<b>33</b>	<b>58</b>	<b>353</b>

### d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Em 30 de junho de 2014 - R\$ mil

	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2014.....	70	42	112
2015.....	113	68	181
2016.....	128	77	205
2017.....	4	3	7
2018.....	2	2	4
<b>Total .....</b>	<b>317</b>	<b>192</b>	<b>509</b>

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 485 mil (2013 - R\$ 473 mil).

### 15) OUTRAS INFORMAÇÕES

#### a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

A Everest Leasing, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- A parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para o COFINS.

A referida Lei ainda será regulamentada, entretanto, em nossa avaliação, não haverá impactos futuros relevantes em nossas Demonstrações Contábeis.

d) Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2014.

### A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos Auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 30 de julho de 2014



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

Cláudio Rogélio Sertório  
Contador CRC 1SP212059/O-0